



Do Patrimonialismo Familiar ao Modelo Empresarial: um Passeio pelas Disputas Políticas em Anápolis (1930-1973)

*Marcelino de Carvalho Santana¹

Joana D'arc Bardella Castro²

Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH)

No presente artigo o autor tem como objetivo reconstruir parte da história política da cidade de Anápolis a fim de compreender as transformações econômicas que se deram nos últimos anos. Através de seus principais embates, protagonizados desde a década de 1930 e dos interesses de grupos envolvidos na vida pública e na atividade econômica foi possível estabelecer os nexos que possibilitam situar as mudanças ocorridas em Anápolis, ao longo de suas respectivas gestões administrativas. O fenômeno do coronelismo, em sua versão moderada, havia se manifestado desde a origem da cidade. Diante disso, busca-se destacar diferentes atores sociais, difundidos em pessoas e eventos históricos, pelos quais puderam ser rompidas as antigas estruturas e o modelo de gestão administrativa, adquirindo um aspecto moderno em sua economia, enquanto que no âmbito político substituiu a imagem desgastada do coronel pela figura do empresário.

Palavras-chave: Anápolis. Política. Administrativas. Governo

Introdução

A pesquisa envolvendo a política de Anápolis é assunto corriqueiro dentro do quadro de possibilidades de se recontar a origem e formação da cidade. O fenômeno do coronelismo, presente desde sempre, se fez por meio de sua faceta mais moderada, isto é, a do chefe político detentor dos meios capazes de sustentar o seu estilo de vida e a sua posição (FAORO, 2012). Do âmago formado pelos coronéis Gomes de Souza Ramos (1837-1889) e José da Silva Batista (1855-1910), fixado, a princípio, às mediações do Largo de Santana, onde eventualmente a comunidade antense se reunia em torno do culto à imagem de Sant'Anna, se erguera a progênie que dominaria a política de Anápolis por mais de meio século.

Obviamente que essas duas personalidades estiveram em evidência na narrativa de formação pelo esforço de ambos em exercer a administração da Capela (1870-1873) à Freguesia (1873-1887) e, posteriormente, por elevá-la à condição de Vila. Com o falecimento de Gomes de Souza Ramos em 1889, a sua linhagem tornou-se hegemônica na política do Distrito de Boa Vista de Traíras (Aracati), posteriormente batizado com o nome de Souzânia em tributo ao nome da família.

¹ (PG) Programa de Pós-Graduação em Território e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), E-mail: marcelino.carsan@gmail.com. UEG/ CCSEH.

² Professora doutora titular do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Goiás e do Programa de Mestrado em Território e Expressões do Cerrado (TECCER)., E-mail: joanabardella@brturbo.com UEG/CCSEH.

Em contrapartida, a família Batista se entrelaçará consanguineamente, algo comum nesse período, ajuntando num mesmo seio, as principais famílias procedentes da antiga região, outrora, abrangida pela influência das Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte e residentes em Antas (FERREIRA, 2011).

Além de Gomes de Souza Ramos e Zeca Batista, dois outros nomes aparecem na fase “oitocentista” de Anápolis como presenças importantes em sua formação. O primeiro deles é o Cel. Manuel Francisco d’Abadia, que, durante a sua intendência (1897-1899) iniciou a expansão de Antas para além do Largo de Santana e articulou a instalação da Comarca durante a segunda gestão (1911-1913). A segunda personalidade a ser destacada foi o Cel. Antônio Crispim de Souza, patriarca de uma das famílias mais influentes da história política da cidade.

Desde a primeira década de sua emancipação (1907), as elites anapolinas se mostravam articuladas com o Sul do estado, a região mais influente de Goiás nesse período. Desde então, corria a notícia sobre a possibilidade de extensão da ferrovia pelo interior de Goiás. Na edição de maio de 1929, o jornal Lavoura e Comércio de Uberaba, na pessoa de Hermógenes Monteiro, lançou uma nota sobre o fundador de Anápolis (Zeca Batista³), na qual tecia elogios ao seu cavalheirismo. Ferreira (2011) relata ter ocorrido uma espécie de retratação durante o último encontro entre os rivais políticos Zeca Batista e Leopoldo de Bulhões, em decorrência da cortesia do chefe político de Anápolis. Sabendo da resistência de Bulhões, em relação à ferrovia, esse evento indica uma concordância de Batista sobre a questão.

De fato, é correta a tese de que houve em Anápolis uma rejeição, por parte de alguns setores, ao projeto de extensão da ferrovia, como forma de se evitar qualquer alteração nas estruturas econômicas que colocassem “em cheque” o poder estabelecido. Aparentemente, esse cenário parece ter acirrado a hostilidade entre as oligarquias conservadoras anapolinas e as progressistas do Sul. Autores como Chaul (1997) e Estevam (1998), partem da hipótese de que a Estrada de Ferro, grosso modo, havia estabelecido uma “trégua” aos antigos conflitos existentes entre as forças políticas do Centro e do Sul do estado em razão de questões econômicas.

Asmar (2011) chama a atenção para dificuldade de sintetizar a lógica política de Anápolis durante a primeira metade do século XX. As associações

³ A fama de Zeca se deu pelo fato de ter ele assumido a cadeira de Presidente da Província em 1909.



representativas, como por exemplo, o Clube Lútero-Recreativo Anapolino (CRA) e a Associação Comercial de Anápolis (ACA e posteriormente ACIA), reuniam em torno de si personalidades que, na vida política transitavam como oponentes, porém, no eram socialmente próximas no cotidiano, o que causa certa dificuldade de definir, com exatidão, os caminhos pretendidos pelo setor político nessa época.

A orientação político-ideológica predominante na administração local até o advento da Revolução de 1930, com raras exceções, oscilou entre liberais e republicanos conservadores. Posteriormente, começo a ser definida a cúpula da União Democrática Nacional (UDN), a qual contou com o apoio dos Caiados, representados em Anápolis pelos coronéis Edenal e Emival Ramos Caiado, e pelas famílias: Crispim (parcialmente), Lourenço Dias, Xavier Nunes e Faria. Uma segunda cúpula de democratas foi formada pelos membros do Partido Social Democrata (PSD), cujos representantes mais ativos emergiram da família Pina, na pessoa do Cel. Achilles de Pina, considerado o grande articulador político de Anápolis nesse momento (FERREIRA, 2011). Achilles havia se eleito deputado estadual em 1930, atuando como mentor político ao lado do Cel. Graciano Antônio da Silva (Sanito), que, por três vezes, assumiu a administração local.

É nesse conturbada atmosfera oposicionista que será formada a Aliança Liberal representativa do Governo Vargas, em âmbito nacional, e do interventor de Pedro Ludovico Teixeira, em âmbito estadual. Entre os liberais, a principal nome é o de João Luiz de Oliveira (1904-1998), membro do Partido Social Republicano (PSR) de Anápolis e responsável por articulador a vinda de membros dos grupos que inicialmente estiveram no governo da Vila de Antas, como por exemplo, Sebastião Monteiro de Alarcão que se tornou o seu principal auxiliar no apoio à Revolução de 1930. Por outro lado, o Cel. Aquiles de Pina, ressentido com a cassação de seu mandato de deputado pelo governo Vargas, engendrou uma dissidência dentro do PSD opositora a Pedro Ludovico e alinhada ao presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) que atuaria como núcleo alternativo entre os Caiados e os Crispim.

De acordo com Polonial (1995), a Revolução de 1930 expressou o questionamento do controle jurídico e político, exercido até então pelos Caiados em Goiás. Em Anápolis, as ideias progressistas presente no “ludoviquismo” foram



arduamente combatidas. De acordo com Ferreira (2011), corria rumores na cidade sobre certa hostilidade de Ludovico por Anápolis. Em decorrência disso, o líder aliancista da cidade, João Luiz de Oliveira, foi nomeado prefeito, porém sem grandes realizações nessa primeira gestão (1930-1934). O seu prestígio maior se deu em torno da quitação da dívida da prefeitura, que atingira a cifra de noventa e dois contos, cento e cinquenta e sete mil réis (92:157\$000), deixando um saldo de quatrocentos e quatorze mil e seiscentos e trinta e cinco réis (414\$635). O nome de João Luiz de Oliveira é também relacionado à ferrovia, devido à articulação entre seu governo e as forças políticas regionais e nacionais para dar prosseguimento às obras da Estrada de Ferro Goiás entre Leopoldo de Bulhões e Anápolis.

Conforme Asmar (2011), em 1932 o engenheiro Wenefredo Portela, responsável pelas obras da ferrovia, havia recebido um telegrama do Ministério da Viação e do Departamento Nacional de Estrada de Ferro determinando que as obras fossem suspensas e que os trabalhadores fossem dispensados por falta de verbas. Contudo, graças ao esforço do prefeito e do próprio Wenefredo, foi estabelecida uma parceria provisória com o grupo Pina e Francisco Silvério de Faria para garantir a continuidade das obras. Nesse processo, somam-se também os esforços dos deputados Mário d'Alencastre Caiado, José Honorato da Silva, Nero Macedo Carvalho, Domingos Vellasco, e do inspetor de Estradas Arthur Castilho, em tentar aprovar uma proposta orçamentária no valor de 3.000:000\$000 (três mil contos de réis) e mais 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis) para a conclusão das obras da ferrovia e para manutenção dos trilhos. Conforme os noticiários da época, a emenda foi aprovada com um valor inferior ao que havia sido solicitado pelo prefeito:

A bancada goiana na Câmara Federal apresentou uma emenda consignando 2:500\$000 (dois mil e quinhentos contos de réis) para o prolongamento da Estrada de Ferro Goiás. Tal emenda, assinada pelos quatro representantes do nosso Estado que, não encarando política, procuram beneficiar o grande e futuroso Estado Central. São Paulo, o Estado que sempre teve ligações diretas com o nosso Estado, defendeu por intermédio do deputado do PRP Roberto Moreira a emenda dos 2:500\$000. Pelo que vemos, Goiás, o Estado desprezado por muitos anos, hoje conta com todas as bancadas, da maioria a minoria. A emenda foi aprovada! (O ANÁPOLIS, 22 de setembro de 1935).



Observa-se que, tanto na edição do jornal *O Anápolis* de 1935, como nas cartas trocadas entre João Luiz de Oliveira e Mário d'Alencastre Caiado, não há menção do nome de Pedro Ludovico nas negociações. Em contrapartida, a Revista *A Cinquentenária* (1957), cita Ludovico como sendo um dos que se esforçaram sobre a questão. Ferreira (2011) menciona, de passagem, um suposto desentendimento entre João Luiz de Oliveira e Pedro Ludovico Teixeira, que, possivelmente, decorreu da atitude do prefeito em ter recorrido diretamente à capital federal e não ao interventor no intuito de resolver o impasse (ASMAR, 2011).

Em carta ao deputado Mário Caiado, João Luiz de Oliveira menciona o contato dele com a primeira-dama do Brasil, Sra. Darcy Vargas, no qual ele havia lhe enviado um telegrama assinado por mais de 100 mulheres pedindo que intervisse em favor da obtenção de verbas complementares para a conclusão das obras da ferrovia, há muito aguardada pela sociedade anapolina. Na época em que escreveu essa carta, Mário Caiado ocupava o cargo de interventor, devido à ausência de Ludovico que se encontrava envolvido com a construção da nova capital. É possível que essa atitude do prefeito tenha sido um dos motivadores de seu afastamento em março de 1934, sendo substituído por Irani Alves Ferreira.

Sob uma atmosfera de disputas violentas “Pedro Ludovico se dividia entre a construção dos prédios da nova capital e o apoio à sua bancada” (CHAUL, 1997, p. 215). Devido a essa instabilidade política foi aberta uma “brecha” em Anápolis para acomodar um processo eleitoral de frente única, o qual levaria João Fernandes Valente à administração do município. Valente governou até de 1934 a 1936, quando teve o seu mandato cassado em 1936 pelo poder nacional constituído às vésperas do Estado Novo, sendo substituído por Elizeu Jorge Campos que governou por apenas três meses devido Valente ter sido recolocado ao cargo, dessa vez, nomeado pelo interventor, governando até 1940.

Em sua gestão foi concluída e inaugurada a ferrovia, a partir da verba obtida do tesouro pela articulação feita pelo prefeito João Luiz de Oliveira anteriormente. Esse feito confirma a tese de que as oligarquias tradicionais pouco ou quase nada haviam feito de concreto, no sentido de prolongar a ferrovia (ESTEVAM, 1998). Em Anápolis a situação não foi muito diferente, dado o esforço administrativo para



angariar verbas públicas para a conclusão das obras. A ferrovia cumpria a imagem do progresso e da modernidade, capaz de transpor a oligarquia agrária anapolina a uma elite urbana, desestabilizando as velhas estruturas e colocando em risco o poder dos coronéis que dominavam a região desde o princípio. (POLONIAL, 2007).

A chegada da ferrovia em Anápolis se deu então num contexto de “jogo de forças”, tendo de um lado, os opositores, bajulando o interventor federal traiçoeiramente, enquanto que, do outro lado, atacavam sorrateiramente o presidente Vargas. Até mesmo os veículos de publicidades dirigidos pelos membros da Aliança Liberal não perdiam oportunidade em cutucar a demora na ação do Estado Maior em escancarar os caminhos do progresso. Quando não se dava por satisfeita, a oposição local dirigia seus ataques diretamente aos prefeitos nomeados pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira.

No caso específico dos ataques a João Luiz de Oliveira, a impressão que se tem é a de que a injúria de seus oponentes se fazia em razão de certo prestígio que o mesmo detinha com a administração central (Getúlio Vargas), principalmente pelo fato de ter sido ele empossado diretamente pela junta administrativa que representava as forças de coalizão revolucionárias:

O caso de Anápolis, que há muito, estava na berlinda, empolgando os espíritos públicos com os “disse que me disse”, epilogou-se com a resolução do prefeito João Luiz – não se afastar da prefeitura. O governo apoiando, inteligentemente, a poderosa corrente, que está com o prefeito, nada mais fez do que dar a César o que é de César. Cumpre aos descontentes meter a viola no saco, tomar ares e deixar as intrigas, tão prejudiciais a uma administração. O reduzido número de adversários do prefeito não terá mais necessidade dos constantes dispêndios com as diárias correspondências postais e telegráficas porque o governo se definiu e não mais lhe dará ouvido. (O VERBO, 15 de janeiro de 1932).

Para Ferreira (2011), a prefeitura havia apresentando poucos feitos desde 1926. De acordo com a autora, o último prefeito a ter promovido benfeitorias à cidade havia sido o Cel. Graciano Antônio da Silva (1922-1926). Essa afirmação ressoa como um ataque direto ao período progressista, tendo em vista que, as informações da época deixam evidente que a questão envolvendo a cassação do





prefeito, não proveio de questões administrativas ou algum tipo de perseguição pessoa, mas pelo fato de sua eleição ter ocorrido em um momento de suspensão do processo eleitoral, ocorrido praticamente em todo o país.

Com o retorno das eleições, confirmava-se em Anápolis uma nova rivalidade política, dessa vez entre os empresários Carlos de Pina e Jonas Duarte, a qual se dava para além do campo político, antes, inseria-se nas ideologias acerca do desenvolvimento da cidade. Conforme Polonial (2007), a maior representatividade desse período permanece entre os três partidos remanescentes da época coronelista, PSD, UDN e PTB. Dentro do núcleo coordenado por seu irmão Achilles, Carlos de Pina representava uma nova proposta, centrada não mais na imagem gasta do “velho coronel”, mas na imagem do empresário moderno e articulado.

Com relação a Jonas Duarte, o mesmo se aproximará, num primeiro momento, ao Partido Trabalhista do Brasil (PTB), embora tenha sido candidato em 1947 pela UDN. Duarte, que havia sido desportista, aparece na cena anapolina como o sócio do Cel. Sanito, pessoa ligada ao grupo rival na política. Embora não apareça nos documentos e nos veículos de comunicação da época, Duarte foi a figura política mais expressiva desse período de transição do perfil político e socioeconômico de Anápolis, sendo responsável por reaproximar definitivamente o diálogo entre Anápolis e a nova capital Goiânia, após a intermitência produzida com as desavenças antigas entre os democratas locais e os “aliancistas revolucionários”.

Nas eleições que marcariam o retorno da democracia, Carlos de Pina saiu vitorioso de uma disputa altamente acirrada. Em sua primeira gestão o prefeito pautou-se nas obras de estrutura e saneamento básico, expandindo o centro comercial e construindo o sistema de esgoto da cidade. Apesar disso, teve grandes dificuldades de gestão devido à falta de verbas, o que o obrigou a executar uma árdua política fiscal extremamente impopular, visando manter as obras iniciadas.

Freitas (1995) remonta a trajetória das gestões administrativas dessa época revelando a constante falta de verbas que assolava a cidade. Esse processo demonstra o quão concentrada se encontrava a riqueza da cidade nas mãos de alguns poucos grupos. Igualmente, a situação revela um quadro curioso, no qual a cidade vive uma escassez de verba, ao passo que tem como gestor um membro da



família mais prestigiosa de toda a história de Anápolis. Visto de outra forma, esse cenário reproduz um problema que assola o Brasil desde a década de 1930, a saber, a dificuldade de se transferir renda do setor privado para o setor público.

Após sua derrota em 1947, Duarte se elegeu vice-governador em 1951, nas eleições que marcaram o retorno de Vargas à Presidência da República e de Pedro Ludovico ao governo do Goiás. Nesse interim, o político assumiu o governo do estado em três ocasiões; de 05/06/1952 a 01/09/1952, de 30/01/1954 a 15/02/1955 e de 01/05/1954 a 31/01/1955. As rápidas passagens pelo Palácio das Esmeraldas foram suficientes para Duarte promover a ligação telefônica entre Anápolis e Goiânia e iniciar obras de construção da rodovia ligando as duas cidades.

Após presenciar mais uma vitória de seu rival Carlos de Pina, Jonas Duarte se elegeu prefeito de Anápolis (1961-1966) reorganizando as finanças do município, com base na sua experiência como bancário, e inaugurando importantes obras, numa gestão alinhada ao governador Mauro Borges e ao presidente Juscelino Kubistchek. Todas as gestões corridas entre 1966 e 1973 tenderam a promover a modernização da cidade a partir de orientações desarticuladas das oligarquias agrícolas, ou seja, pautadas nesse novo perfil político instituído a partir de 1947.

Material e Métodos

A revisão bibliográfica somada à colheita de material jornalístico de época e a visita ao Museu Histórico Municipal Alderico Borges de Carvalho constituiu a metodologia adotada para a confecção desse artigo. Quanto ao método, nos valem de uma abordagem histórico-estruturalista, do método dedutivo, para questões com pouco respaldo documental, e da análise comparativa.

Resultados e Discussão

Observando esse período de Anápolis, é possível perceber o quanto a supressão do processo democrático prejudicou Anápolis em diferentes ocasiões. Além disso, são reveladas as razões, pela quais, Anápolis havia se transformado em



um núcleo de oposição ao progressismo revolucionário de 1930, o qual, de acordo com alguns autores, arregimentaria a construção da nova capital como uma estratégia de poder. Conforme Chaul (1997), Goiânia representou um projeto que renderia dividendos às novas oligarquias. Sendo, portanto, as oligarquias anapolinas economicamente respaldadas pela agricultura, o temor das lideranças locais era o de que os nexos estabelecidos pela ferrovia estimulassem a urbanização de forma incisiva, promovendo a migração da mão de obra do campo para a cidade.

Finalmente, durante toda essa fase de transição, Anápolis estabelecerá o seu potencial comercial urbano e redefinirá os seus limites em decorrências das emancipações ocorridas ao longo desse período: Nerópolis (1948), Goianápolis, Nova Veneza, Damolândia, Brazabrantas (1958) e Ouro Verde (1963). No ano de 1973, durante a Ditadura Militar, a cidade será declarada “área de segurança nacional” e novamente terá suspenso o seu processo eleitoral democrático entre 1973 e 1986, retomando com a ascensão dos Santillos à máquina administrativa, com Henrique Santillo sendo eleito governador de Goiás e o seu irmão Adhemar Santillo prefeito de Anápolis.

Considerações Finais

A força de transformação que a ferrovia poderia causar em Anápolis era tão temida quanto havia sido a transferência de capital de Goiás para Goiânia, tempos antes. Com base no conteúdo de algumas matérias veiculadas nos jornais da época, a conclusão, à qual se chega, é a de que o isolamento com a capital nacional dava certa autonomia e acentuava a autoridade das oligarquias pelo interior. No caso específico de Anápolis, os ataques frequentes à pessoa de Getúlio Vargas e a bajulação de Pedro Ludovico, estando os dois empenhados no mesmo projeto, sugere que a possibilidade de uma retaliação por parte do governo federal seria menor, dado a distância do município com relação à capital federal.

Agradecimentos

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação em Território e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) oferecido pelo Campus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas (CCSEH) da Universidade Estadual de Goiás, à Coordenadoria Central de Bolsas, à Comissão Organizadora do V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG. Também à minha orientadora professora Joana D'arc Bardella Castro e a todos os colegas envolvidos.

Referências

REFERÊNCIAS

ASMAR, J. **Anápolis e a Associação Comercial e Industrial de Anápolis – ACIA: breves históricos**. Goiânia: Kelps, 2011.

CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997.

ESTEVAM, L. A. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FERREIRA, H. J. **Anápolis: sua vida, seu povo**. Goiânia: Kelps, 2011.

FREITAS, R. A. **Anápolis: passado e presente**. Anápolis: Voga, 1995.

POLONIAL, J. M. **Anápolis nos Tempos da Ferrovia**. Goiânia: UFG, 1995.

_____. **Introdução à História Política de Anápolis (1819-2007)**. Anápolis: Kelps, 2007.

Jornais e Revistas:

Jornal *Lavoura e Comércio*. Ano I, nº 0, Goiás, Uberaba, 1932.

Jornal *O Anápolis*. Ano I, nº 23, Goiás, Anápolis, 1935.

Jornal *O Anápolis*. Ano I, nº 24, Goiás, Anápolis, 1935.

Jornal *O Anápolis*. Ano I, nº 25, Goiás, Anápolis, 1935.

Jornal *O Anápolis*. Ano I, nº 26, Goiás, Anápolis, 1935.

Jornal *O Verbo*. Ano I, nº 0, Goiás, Anápolis, 1932.

Revista *A Cinquentenária*. Ano VII, vol. Único, nº 01, Anápolis, 1957.

Plano Mauro Borges e a consolidação do estado agropecuário em Goiás no Pós-1960

Carlos Alberto Francisco de Sousa^{1(PG)*}, Glauber Lopes Xavier^{2(PQ)}

1. Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades no programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPG-TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH). E-mail: carlos_alberto_09@hotmail.com. Bolsista de pós-graduação pela Universidade Estadual de Goiás.
2. Professor Doutor no programa Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH).

Resumo: A preocupação em se promover maior vínculo entre a economia goiana e a nacional remete ao “pacto de compromisso” firmado durante o governo Vargas e a ideologia da marcha para o oeste. Para tanto, uma série de políticas que visavam a integração do território goiano ao território nacional foram implementadas. A principal preocupação consistia em dotar a economia goiana de maior dinamismo. O objetivo da dissertação é analisar a consolidação do estado de Goiás como um estado agropecuário, tendo como principal diretriz a participação do setor primário na economia do estado. Em específico, pretende-se analisar o desenvolvimento recente da economia goiana e a sua especialização produtiva. E, também, verificar a importância do Plano Mauro Borges para a integração do estado de Goiás na economia nacional e sua contribuição para a consolidação do estado como estado agropecuário e a expansão da fronteira agrícola. O método utilizado na pesquisa será trata-se do materialismo histórico dialético.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Especialização produtiva. Expansão da fronteira agrícola.

Introdução

O estado de Goiás inicia efetivamente sua ocupação apenas no século XVIII. A partir deste momento começa sua formação econômica, primeiro calcada na produção de minério (principalmente ouro) e posteriormente a produção de commodities agrícolas e minerais. Nesse sentido, a formação do estado está em consonância com a própria formação econômica do Brasil.

A preocupação de integrar o território goiano com a economia nacional, principia com o “pacto de compromisso” firmado no governo Vargas. A partir desse momento tem início uma série de políticas que visavam a integração do território goiano ao território nacional. Além disso, principia a preocupação em proporcionar maior dinâmica a economia goiana. Foram feitos diversos investimentos, como: a construção de estradas e rodovias que visavam a integração com o centro dinâmico da economia nacional (o sudeste).

Todas essas políticas foram consequência direta da era desenvolvimentista,



embebidas pelo desejo de industrializar a economia nacional e integrar os territórios até então isolados. Um dos esforços foi a implantação do Plano Mauro Borges nos anos 1960, que buscava entre outras propostas dinamizar a economia goiana.

Entretanto, é necessário entender qual foi o papel imposto pela divisão territorial do trabalho a Goiás que contribuiu para que o estado tivesse determinada forma de reprodução do capital. Até que ponto essa mesma lógica impôs ao estado uma economia especializada na produção e exportação de *commodities* agrícolas e minerais, tornando-se dependente e reflexa. Este trabalho surge da inquietação sobre como está inserido o estado de Goiás na divisão internacional e regional do trabalho, e por acreditar que a compreensão da reprodução de capital é fundamental para elucidar a questão.

Material e Métodos

A dialética marxista (materialismo dialético) será utilizada como método de análise. A dialética marxista, parte da dialética idealista hegeliana e lhe confere bases materialistas. A dialética hegeliana é essencialmente idealista, supõe que a realidade é uma totalidade fechada. Para Marx “o processo da realidade só podia ser encarado como uma totalidade aberta, quer dizer, através de esquemas que não pretendessem reduzir a infinita riqueza da realidade ao conhecimento” (KONDER, 2008, p. 50).

Desse modo, Marx (2009, p. 32) nega o caráter idealista do pensamento de Hegel e da filosofia alemã. Afirma que: “[...] são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento”. E completa: “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”. No Posfácio da segunda edição do livro um de O Capital Marx (1988, p. 26) afirma que: “meu método não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta”. E continua: “o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”. Marx (1988) ao aplicar a dialética a própria dialética inverte a dialética hegeliana “para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico”.

REALIZAÇÃO



Para Marx a realidade humana persiste na história. Nenhuma característica da realidade humana está fora ou acima da história. O próprio movimento da história consiste em sucessões de superações dialéticas, ou seja, ao mesmo tempo que há uma negação há também preservação do já estava estabelecido. Portanto, “[...] não podemos ter uma visão correta de nenhum aspecto estável da realidade humana se não soubermos situá-lo dentro do processo geral de transformação a que ele pertence” (KONDER, 2008, p. 52).

Portanto, a totalidade ganha importância na dialética marxista. Apenas a partir do conjunto de determinada realidade, que poderemos analisar cada elemento daquela realidade. Não levar em consideração a totalização é correr o risco de cometer simplificações, que afastam da realidade do objeto analisado, e por fim apresenta uma falsa síntese de determinada realidade. Uma síntese jamais abrangerá todos os aspectos complexos da realidade. A visão do todo, mesmo que não esgote a realidade existente, permite que se analise o objeto com maior proximidade e apoiado em base real-concreta. Por meio do materialismo dialético e incorporando duas categorias fundamentais – dependência e padrão de reprodução do capital – far-se-á a análise do estado de Goiás como estado agropecuário. Com uma perspectiva totalizante e levando em conta o movimento histórico.

Será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Os dados serão coletados através de pesquisa bibliográfica em: livros, revistas científicas, artigos, teses e dissertações que contenham informações relevantes ao objeto. Também serão utilizados dados publicados por instituições de pesquisa, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Banco Central do Brasil (BACEN), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas (SEPIN), Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), entre outros. Estes dados receberão tratamento qualitativo e quantitativo e organizados em tabelas e quadros organizados a partir de planilhas eletrônicas e/ou gráficos elaborados no *Microsoft Office Excel*.

Resultados e Discussão

REALIZAÇÃO

PRG
Pró-Reitoria de
Graduação

PRP
Pró-Reitoria de
Pesquisa e
Pós-Graduação

PRE
Pró-Reitoria de
Extensão, Cultura e
Assuntos Estudantis



Universidade
Estadual de Goiás



Em consonância com o Estado Novo a partir da década de 1930 inicia-se em Goiás uma série de programas que visavam o desenvolvimento do estado. A região norte foi incluída na Amazônia Legal e passou a ser objeto de planejamento federal específico a partir da década de 1960. O centro-sul foi incluído na agenda especial de terras do Centro-Oeste e transformada em Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Em 1965 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que absorveu parte da abrangência da SUDECO. Os programas federais contribuíram para o aumento da produção agrícola e, também, concretizaram um padrão de colonização extremamente intensivo em capital, agrupando a região no novo modelo produtiva agrícola em desenvolvimento no Brasil que tinha por característica a utilização de alta tecnologia ,culminando na baixa criação de emprego rural permanente (ESTEVAM, 2004).

O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) foi importante em Goiás, o programa objetivou o assentamento de pequenos produtores, entretanto sua maior parte acabou sendo destinada a médios e grandes proprietários. As despesas do setor público na região Centro-Oeste aumentaram a uma taxa de 22,2% ao ano, entre 1970 a 1985, neste mesmo período a média nacional foi de 12,9% ao ano, sem dúvida o Distrito Federal exerce grande peso nesse cenário (ESTEVAM, 2004). O autor destaca que neste período ocorreram fortes transformações na estrutura sócio produtiva do estado de Goiás, como:

A técnica de produção foi alterada pelos segmentos industriais a montante (indústrias vendedoras de máquinas e insumos) e a jusante (indústria transformadoras da matéria prima agropecuária) e a redução do tempo de trabalho necessário/período de produção modificou as relações socioeconômicas regionais eminentemente no centro-sul do estado (ESTEVAM, 2004, p. 161).

No final dos anos de 1960 a economia brasileira estava submetida a dinâmica industrial. Agricultura e indústria estavam muito integradas. Desta forma a expansão da fronteira agrícola no estado de Goiás ocorreu seguindo a dinâmica da economia da região Sudeste do País. A ideologia do mito da Marcha para o Oeste foi fundamental para a ocupação regional do país (BORGES, 2000).

Para o governo, o movimento da fronteira englobaria interesses distintos e

coincidentes: problemas geopolíticos e de segurança nacional, de mercado e de fonte de riquezas. No plano social, o movimento demográfico representaria a orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. A fronteira seria o *locus* da recriação da produção camponesa resultante da expropriação do pequeno produtor pelo grande proprietário de terras ou da expulsão do trabalhador rural das regiões de agricultura desenvolvida com expansão das relações capitalistas de produção. A fronteira era, assim, o destino dos pequenos agricultores excluídos ou dos excedentes populacionais (BORGES, 2000, p. 72).

Segundo Borges (2000) a expansão da fronteira é utilizada também como válvula de escape para as tensões no campo. Os programas de colonização eram instrumentos da burguesia industrial em aliança com os grandes proprietários de terra, de forma a não permitir a democratização das áreas. Permanecendo uma estrutura concentrada e arcaica. Os assentamentos eram implantados em áreas de fronteira, justamente como forma de manter a estrutura agrária do país inalterada. Além disso, as pequenas propriedades eram logo incorporadas a área da grande fazenda. Deste modo as formas não capitalistas predominantes no campo são instrumentos de dominação indireta do capital sobre a agricultura na dinâmica de acumulação.

Esse fenômeno faz parte do que Marx denominou com acumulação primitiva de capital, que não diz respeito a uma acumulação dos primórdios propriamente dito, mas trata-se de uma acumulação que precede a acumulação capitalista, ou seja, “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista” (MARX, 1988, p. 251).

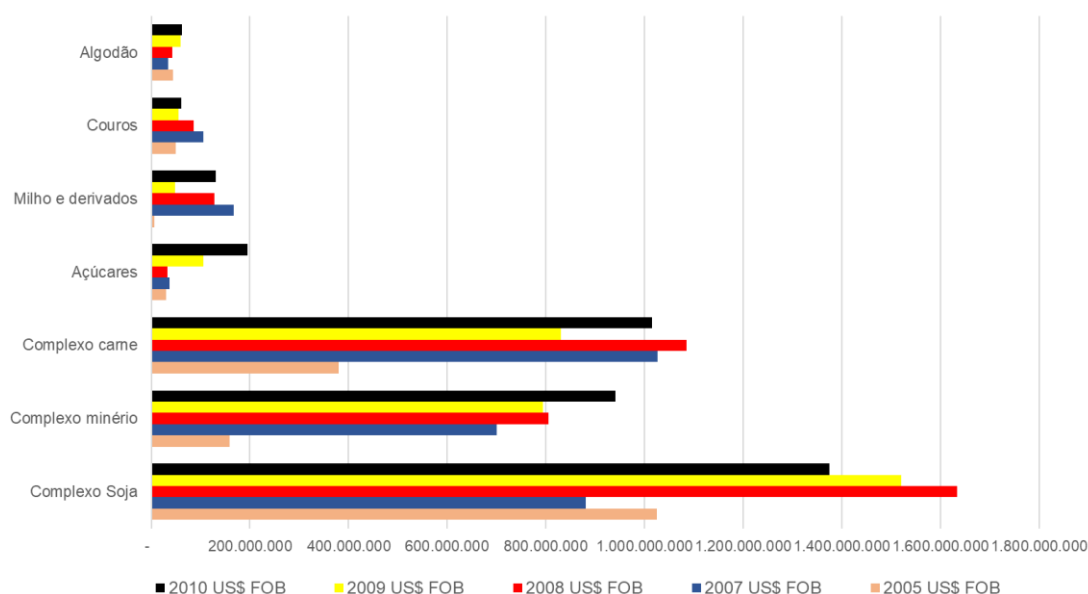
Isso não significa dizer que o Brasil não era um país capitalista no momento que houve a expansão da fronteira agrícola, apenas que através dessa fronteira houve acumulação de capital que não adveio de relações de produção capitalistas. Martins (2009) ajuda a compreender essa questão ao discutir sobre a frente pioneira e a frente de expansão, segundo autor na frente de expansão não há a existência de relações capitalistas, em geral, há apenas relações mercantilistas de trocas. Entretanto, mesmo não havendo relações capitalistas de produção, os camponeses que estão na fronteira, na frente de expansão, fazem uma série de melhorias ao solo que, com a chegada da frente pioneira, o capital se apropria dessas benfeitorias, sendo esse capital apropriado advindo de uma acumulação primitiva.

A reprodução do capital irá assumir formas diferentes a depender do

momento histórico pelo qual passa determinada sociedade, este vai se readeguando conforme vão surgindo mudanças no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho readeguando a forma de acumulação do capital (OSORIO, 2012).

A forma como o estado de Goiás foi integrada na economia nacional, leva a diversas consequências ao modelo de desenvolvimento adotado pelo estado. E também é um determinante do estado na divisão internacional do trabalho. O capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua produção em determinados períodos históricos beneficiando certos setores para investimentos (eixos de acumulação) ou por utilizar tecnologias e meios de produção exclusivos. A modernização da agricultura em Goiás levou o estado a um papel específico na divisão territorial do trabalho. As exportações goianas subiram de 2005 até 2008, onde apresenta queda devido a crise financeira mundial, entretanto retoma o crescimento rapidamente de 2009 para 2010, e permanece em ciclo ascendente até 2012 onde começa a declinar chegando em 2015 próximo do nível de 2011.

Gráfico 1 – Estado de Goiás: Principais produtos exportados – 2005, 2007-2010 (US\$ FOB)



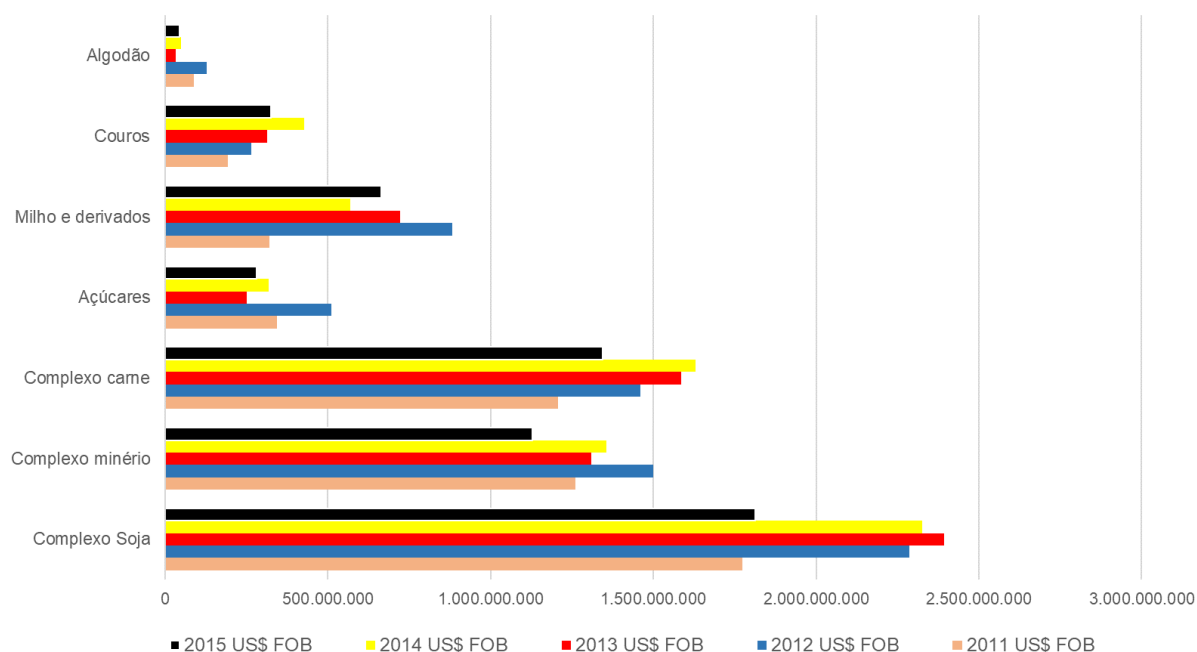
Fonte: Goiás (2016; 2015; 2014; 2013; 2011; 2010; 2009).

Elaboração: do autor.

No agregado no período 2005, 2007-2015 os complexos soja, carne e minério

representaram 34,35%, 23,33% e 20,08% respectivamente (ver gráfico 5), e representam 77,76% das exportações do estado no período. Esse dado é importante para demonstrar que a nossa pauta de exportação está primarizada, ou seja, temos no estado um padrão exportador de especialização produtiva em *commodities* agrícolas. Fruto da forma como a fronteira agrícola adentrou o território goiano.

Gráfico 2 – Estado de Goiás: Principais produtos exportados, 2011-2015 (US\$ FOB)

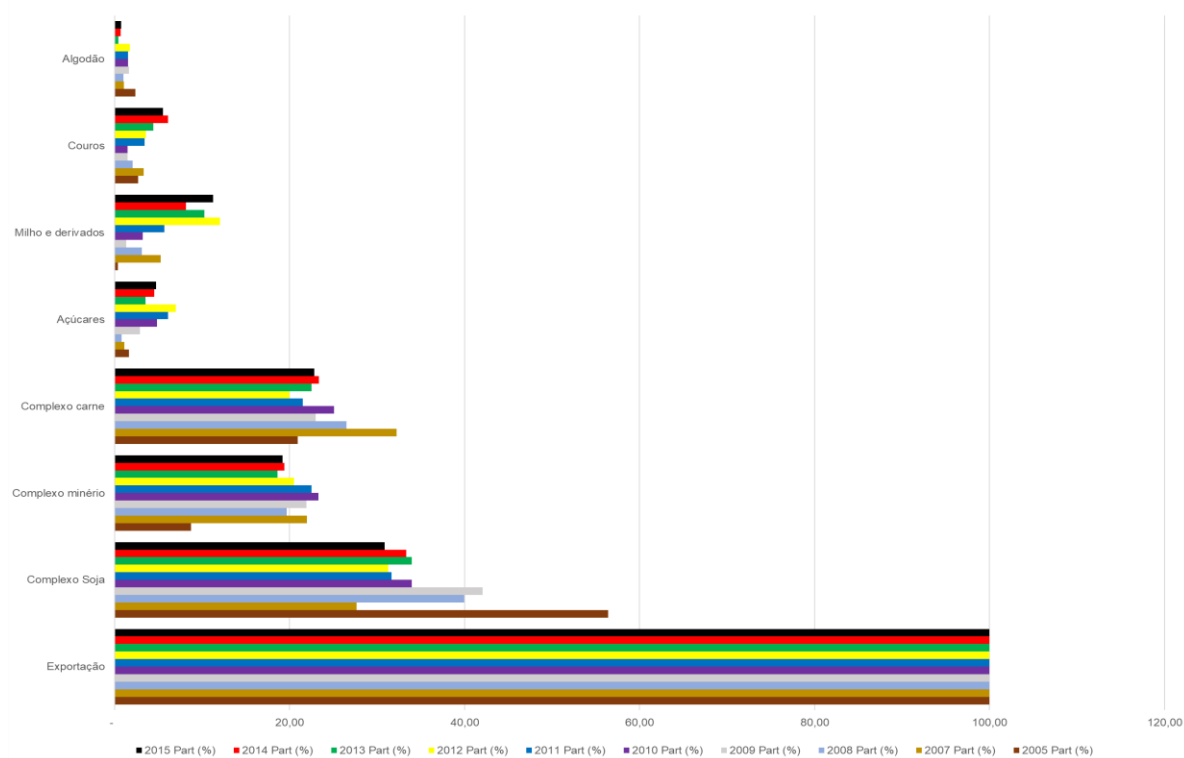


Fonte: Goiás (2016; 2015; 2014; 2013; 2011; 2010; 2009).

Elaboração: do autor.

Os gráficos 1 e 2 mostram que nossa pauta de exportações em 2005, 2007-20015 foi dominada pela exportação de complexo soja, complexo minério e complexo carne. Em 2012 os complexos soja, carne e minério representaram 31,27%, 19,97% e 20,49% respectivamente (ver gráfico 4), representaram 71,73% das exportações goianas em 2012.

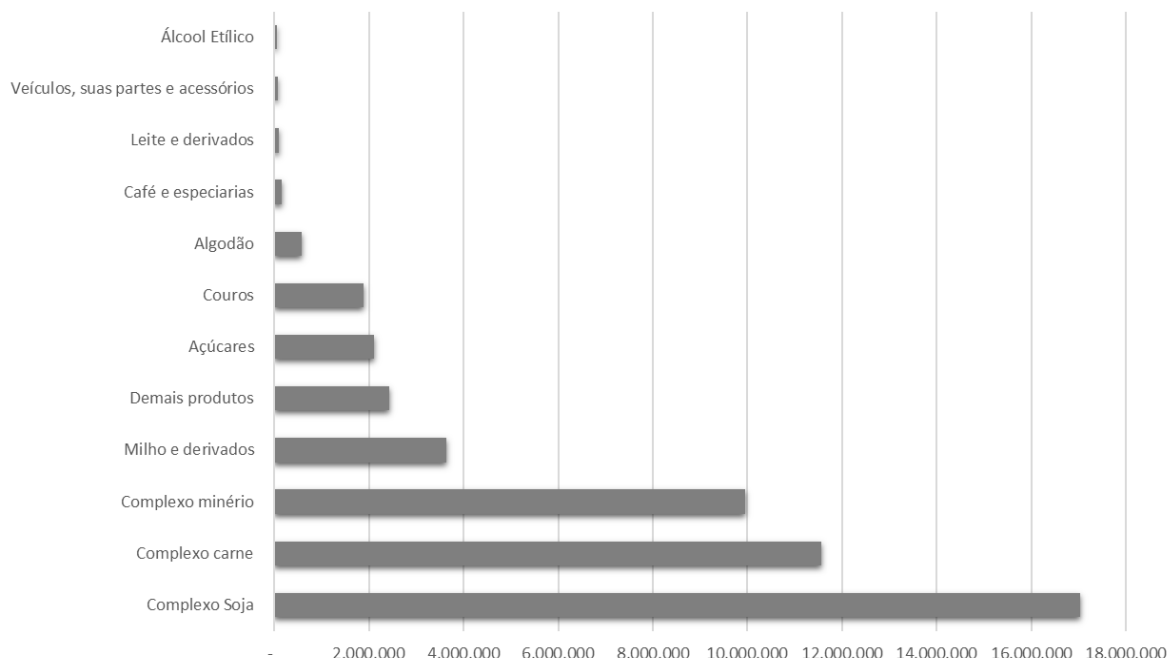
Gráfico 3 – Estado de Goiás: Participação dos principais produtos na exportação, 2005, 2007-2015 (em porcentagem).



Fonte: Goiás (2016; 2015; 2014; 2013; 2011; 2010; 2009).

Elaboração: do autor.

Gráfico 4 - Estado de Goiás: Agregado dos principais produtos exportados. 2005, 2007-2015 (US\$ 1.000 FOB).



Fonte: Goiás (2016; 2015; 2014; 2013; 2011; 2010; 2009).

Elaboração: do autor.

Considerações Finais

O estado de Goiás apresenta estrutura parecida com as estruturas de economias em desenvolvimento. Nota-se a importância da agropecuária (ver gráficos 1, 2, 3, e 4) devido ao seu peso nas exportações e a concentração latifundiária caracterizando a existência de uma heterogeneidade espacial, com municípios pequenos e atividades precárias (MOREIRA, 2015). A análise da nossa pauta de exportação conjecturar demonstra que o estado possui um padrão exportador de especialização produtiva em *commodities* agrícolas e minerais.

Além disso, Goiás sendo a partir dos anos de 1930 um estado por onde a fronteira agrícola irá se expandir, e a forma que a partir dessa ocupação o estado é integrado ao capitalismo brasileiro, por meio de instituições que relegam ao estado ao papel de produtor de produtor primários na divisão territorial do trabalho, colabora para que o estado se torne um estado agropecuário. Sendo uma característica



fundamental do processo de acumulação do estado.

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Dr. Glauber Lopes Xavier e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de pesquisa concedida.

Referências

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação**: estrutura e dinâmica da formação de Goiás. 2. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/INSTITUTO MAURO BORGES. **Goiás em dados**. Junho de 2016. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/godados2015.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MOREIRA, M. J. **Ensaio sobre o subdesenvolvimento revestido: das condições de aceleração do desenvolvimento recente do Estado de Goiás**. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/Marcelo_Jose_Moreira_.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, C. OSORIO, J. LUCE, M (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a.

SUDAM. **Legislação**. 2014. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 ago. 2015.





TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: A CONSTITUIÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS NO BRASIL

**Isadora de Paula Vieira Alencar^{1*} (PG) (isadoralencar@live.com), Talles Santos Faria Silva (PG),
Divina Aparecida Leonel Lunas (PQ), Jean Carlos Vieira Santos (PQ).**

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (UEG-CSEH) -
Anápolis-GO.

Resumo: A definição de território varia de acordo com a corrente de pensamento ou a abordagem que se realiza, relacionando o território ao espaço, a partir de uma relação de poder, sendo instâncias destinadas ao planejamento territorial e ao processo do desenvolvimento sustentável, representando a descentralização das decisões e incentivo à autogestão das políticas públicas. A proposta desse trabalho é realizar uma abordagem conceitual do Território e da constituição da política pública de desenvolvimento territorial rural, bem como a criação dos Territórios Rurais no Brasil. O estudo conta com a etapa de levantamento bibliográfico para o embasamento teórico dos conceitos a serem utilizados. Procedeu-se à pesquisa bibliográfica e teórica para entendimento do Território e do desenvolvimento territorial. Conclui-se com este trabalho que através da abordagem territorial, pode-se contribuir com o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais brasileiras, representando uma alternativa de geração de emprego e renda em territórios rurais, predominantemente vinculados a perspectiva da agricultura familiar. Tal contexto implica na necessidade da manutenção de políticas públicas setoriais focadas no desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Território. Política Pública.

Introdução

A política do desenvolvimento territorial rural foi implantada no Brasil no ano de 2003 por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), integrante de sua estrutura. Essa abordagem de desenvolvimento encara o território como conceito chave. Além disso, ela busca reconhecer o sujeito do campo enquanto agente participante no planejamento, controle e avaliação da política.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma abordagem conceitual do Território e da constituição da política pública de desenvolvimento territorial rural, bem como a criação dos Territórios Rurais no Brasil. O território está relacionado com os processos de construção e transformação do espaço geográfico, ganhando destaque diferenciado a partir da linha de trabalho e concepções metodológicas de cada autor, podendo ter ênfase em aspectos econômicos, políticos, culturais, ou a combinação de todos eles, a fim de explicar a dinâmica de um espaço sempre em





construção. A palavra território é muitas vezes associada a lógica política, remetendo ao controle de um governo sobre um país, por exemplo, os territórios nacionais do Brasil.

O estudo conta com a etapa de levantamento bibliográfico para o embasamento teórico dos conceitos a serem utilizados. Procedeu-se à pesquisa bibliográfica e teórica para entendimento do Território e do desenvolvimento territorial.

O trabalho está dividido em cinco partes, sendo elas: introdução, política pública e enfoque territorial, o território, política pública de desenvolvimento territorial rural, e por fim, as considerações finais do estudo. Inicialmente é apresentado o conceito de política pública e o enfoque territorial no Brasil, em seguida a conceituação de Território a partir de diversos autores. Por fim, é apresentado a política do desenvolvimento territorial rural e a constituição dos territórios rurais no Brasil.

Resultados e Discussão

POLÍTICA PÚBLICA E O ENFOQUE TERRITORIAL

Política Pública pode ser definida como o conjunto de decisões de ordem pública contendo uma abrangência ampla que buscam atingir o interesse da coletividade (AMÁBILE, 2010). São as propostas e decisões tomadas pelo Governo regente com o objetivo de garantir a cidadania e sanar os problemas e necessidades de ordem pública.

É necessário conceituar política pública para melhor entendimento da temática que será tratada nesse trabalho. Amábile (2010) ainda ressalta que as políticas públicas são:

[...] decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. [...] As políticas públicas são a concretização da ação governamental. [...] influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade (AMÁBILE, 2010, p. 390).

Essa compreensão é confirmada por outros autores, como Secchi (2012), ao apresentar que uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Segundo o autor, independentemente do setor de intervenção, as políticas públicas possuem traços comuns e atores semelhantes, sendo que dão o



subsídio para a sua análise e a tomada de decisões. Em outras palavras, “a principal razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, 2012, p. 2).

É nesse sentido que a formulação de políticas públicas está basicamente vinculada a um caráter proposital de decisão, o que transcorrem todas as fases do seu processo de elaboração, um ciclo que é composto por sete fases: 1) Identificação do problema; 2) Formação da agenda; 3) Formulação de alternativas; 4) Tomada de decisão; 5) Implementação da política pública; 6) Avaliação da política pública; 7) Extinção da política (SECCHI, 2012).

Ao observar os anos recentes, o desenvolvimento territorial no Brasil vem ganhando espaço tanto no debate científico quanto na formulação das políticas públicas, sendo por razões da conjuntura nacional, ou por influência das discussões e experiências observadas em outros países, em especial nos da União Europeia.

Na Europa, o enfoque territorial a partir dos anos de 1970 ganhou força como alternativa ao enfoque setorial. Isto é, em vez de se discutir e se propor políticas setoriais de desenvolvimento, passou-se a focar a discussão numa visão de conjunto da dinâmica territorial. De acordo com Medeiros e Dias (2011):

[...] a concepção fundante das políticas europeias é a ideia de que a agricultura não é mais o motor responsável pelo desenvolvimento das áreas rurais e que é necessário reconhecer e estimular sua multifuncionalidade, apostando em alternativas produtivas, inclusive as relacionadas à valorização da paisagem e ao turismo rural. (...) o fundamento conceitual deste enfoque é a valorização de espaços onde as tradições (produtivas, inclusive) são dimensões a serem respeitadas, cultivadas e constituídas como elementos positivos, agregando-se à valorização da paisagem e da natureza. (MEDEIROS e DIAS, 2011, p. 13).

Para os autores supracitados, na União Europeia, a partir dos anos 1990, começou a ser posta em prática uma política de desenvolvimento com enfoque territorial e setorial, submetidos, no entanto, a níveis distintos da administração pública. Mais recentemente, estas políticas tenderam a integrar-se e a incluir, de maneira mais significativa, uma dimensão ambiental.

No caso do Brasil, os principais desafios para mudar o enfoque das políticas públicas para o meio rural, segundo a orientação territorial proposta no governo Lula, são:

[...] reconhecer a importância da agricultura familiar e do acesso à terra



como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações intersetoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão (MDA, 2003, p. 11).

Essa compreensão sobre política pública orienta-se para uma preocupação com a atuação da sociedade no processo resolutivo, e não apenas como mera participante do processo. Souza (2006) adiciona que as políticas públicas, após serem desenhadas e formuladas, resultam em: “planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisa” (SOUZA, 2006, p. 26).

A partir dessa trajetória, as políticas, se colocadas em prática, são implementadas e submetidas a acompanhamento e avaliação pelos seus gestores, e também podem requerer a aprovação de nova legislação, caso seja necessário.

Por conseguinte, a partir desse entendimento é possível analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto brasileiro, uma vez que conforme acrescenta Souza (2006), as políticas repercutem na economia e nas sociedades e, consequentemente, uma teoria da política pública deverá explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

O TERRITÓRIO: conceitos

A utilização da abordagem territorial para o desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto e objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas, não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo (SCHNEIDER, 2005, p.85).

Sua definição varia de acordo com a corrente de pensamento ou a abordagem que se realiza, mas o conceito mais comum adotado relaciona o território ao espaço, definido a partir de uma relação de poder, tornando-se fundamental para a



compreensão das estratégias de desenvolvimento do Estado moderno.

Segundo Milton Santos (2000), encontrar uma definição única para território seria inviável, pois cada categoria possui diversas interpretações que mostram a flexibilidade e a propensão de mudanças do conceito. O autor deixa clara a importância em compreender o conceito de território, uma vez que, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais que influenciam o espaço territorial.

Para Santos e Silveira (2006), o território de cada país constitui-se em alicerce para melhor entendimento das suas etapas e para compreensão de seu momento atual. Nesse contexto, a existência de um país presume um território, admitindo territorialidade sem Estado, enquanto não há Estado sem território.

Moraes (2002) apresenta que a constituição do território é um processo cumulativo, tendo a cada momento um resultado e uma possibilidade em contínuo movimento, buscando apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas.

Santos e Silveira (2006) dispõe de uma abordagem mais prática, levando em conta as técnicas que se tornaram território com sua incorporação ao solo (rodovias, ferrovias etc.) e como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e os insumos técnico-científicos (sementes, adubos etc.) são destinados a aumentar a divisão, a eficácia, e a especialização do trabalho nos lugares.

De uma maneira mais simbólica, Santos (2000) ainda acrescenta o território como sendo “[...] o chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2000, p. 96).

Nesse âmbito, de acordo com Silva (2012) um território é definido como um espaço de construção histórica e social, caracterizado por recursos físicos e valores que estabelecem um vínculo de identidade ao seu corpo social. Moraes (2002) aponta que o território apresenta e expressa combates e antagonismos entre interesses e projetos sociais.

Um dos principais autores na abordagem de território foi Raffestin (1993), que em



sua obra destaca o caráter político desse conceito, e sua compreensão sobre o espaço geográfico, visto que apresenta o espaço como substrato, pré-existente ao território. Segundo o autor, ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa-se. Nesse sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para Haesbaert (2004), o território é analisado através de diferentes enfoques, desenvolvendo uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2004, p. 18).

Saquet (2004) faz um resgate das diferentes interpretações do conceito de território levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert, como sendo essenciais para se fazer as interligações necessárias. No entanto, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, o autor também considera a vertente da natureza, que sempre estará presente no conceito de território.

Nesse contexto, o enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas de intervenção e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas. O controle social e a transparência são os alicerces da nova gestão territorial, dessa forma, a participação da sociedade é que dá sentido a esse paradigma de desenvolvimento. “Participar significa tomar parte das decisões e por elas se responsabilizar”, segundo o Secretário do Desenvolvimento Territorial - SDT (MDA, 2003a).



POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

No final dos anos 1990 e principalmente a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), integrada a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), têm-se o início as ações que dizem respeito às políticas públicas de desenvolvimento territorial rural no Brasil. Essa secretaria buscou levar sua mensagem sobre a importância de articular políticas públicas com demandas sociais. Segundo o Secretário da SDT, “olhar para os territórios, significa integrar políticas públicas, potencializar vocações e garantir o protagonismo social”. (MDA, 2003a).

A SDT/MDA implementa a Política de Desenvolvimento Territorial com objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, reduzir as desigualdades regionais e sociais e a integrar as dinâmicas territoriais ao processo de desenvolvimento socioeconômico nacional.

Dentre diretrizes da SDT, é válido citar a integração rural-urbana, a pluriatividade da agricultura, a coesão e participação social, a descentralização das políticas públicas e autogestão dos territórios, além da abordagem territorial do desenvolvimento como condutor de políticas públicas. Como consequência disso, a SDT possui uma visão multidimensional do desenvolvimento, articulando dimensões econômicas, ambientais, sociais, culturais, institucionais, dentre outros.

Um ponto importante que pode ser citado nesse contexto da política do desenvolvimento territorial é que a Agricultura Familiar preserva hábitos alimentares e culturais, expressando a identidade territorial – o conceito de Território nessa perspectiva foi retratado no tópico anterior –, preservando a tradição familiar e cultural, frente à padronização mundial da alimentação. Essa importância se deve ao fato de os hábitos alimentares serem a forma como os indivíduos selecionam, consomem e utilizam os alimentos disponíveis, incluindo formas de produção, armazenamento, elaboração, distribuição e consumo de alimentos.

Nesse contexto, a SDT, a partir de 2003, em uma estreita articulação com a sociedade civil organizada, reconheceu os Territórios Rurais, com a perspectiva de contribuir efetivamente para o desenvolvimento equilibrado de regiões onde predominem agricultores familiares, beneficiários da reforma agrária e do



reordenamento agrário, colaborando assim para o engrandecimento das capacidades humanas, institucionais e da autogestão dos territórios.

Os Territórios Rurais são importantes instâncias destinadas ao planejamento territorial e ao processo do desenvolvimento territorial sustentável. Representam a descentralização das decisões e incentivo à autogestão das políticas públicas. Dantas e Costa (2014, p. 831) nos afirmam que: “Os territórios rurais, também chamados de espaços urbanizados ou microrregiões “rurais” são caracterizados a partir de discernimentos demográficos”.

Segundo a SDT, para ser caracterizado como Território Rural, deve prevalecer o ambiente natural pouco modificado, atividades agrícolas, silvicultoras e pastoril, pequena população e baixa densidade demográfica, além de hábitos e tradições culturais próprias para o meio rural e economia de base primária, sem desconsiderar os encadeamentos das atividades secundárias e terciárias (ORTEGA, 2008; MDA, 2003).

O governo federal definiu quatro áreas a serem impactadas nos Territórios Rurais (TRs): 1) o fortalecimento da gestão social; 2) fortalecimento do capital social; 3) dinamização econômica; e 4) integração de políticas públicas. Com relação ao fortalecimento da gestão social, entende que o desenvolvimento sustentável dos TRs depende da estratégia de concertação social, que defina as formas de utilização dos ativos regionais capazes de gerar riqueza com inclusão social.

Como papel da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, engloba a promoção de infraestrutura e serviços, capacitação, apoio às associações e cooperativas e apoio a negócios diversos. Também é de sua responsabilidade indicar, organizar e planejar os TRs, conjuntamente com as demandas das populações territoriais e organizações da sociedade civil, fortalecendo a rede nacional de órgãos colegiados (Conselho Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável) (MDA, 2003).

Considerações Finais

O conceito de Território varia de acordo com a corrente de pensamento a abordagem que se realiza, mas o conceito mais comum adotado o relaciona ao espaço, definido a partir de uma relação de poder.





A perspectiva do desenvolvimento rural permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais econômicos e os sistemas ambientais, contemplando a integração produtiva e aproveitamento competitivo de recursos que possibilitam a cooperação e a corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais

É nítida a importância da SDT que por meio de sua instituição promoveu que o governo federal criasse ações relacionadas a promoção de apoio e de iniciativas para facilitar a melhoria dos níveis de qualidade de vida da população rural, visando o bem-estar do agricultor familiar.

Na abordagem territorial o desenvolvimento acontece a partir da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, sendo necessário a restauração dessas políticas e a continuidade, se tornando políticas de estado, podendo contribuir com o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais brasileiras, representando uma alternativa de geração de emprego e renda em territórios rurais, potencializando a agricultura familiar.

Agradecimentos

Ao programa de Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER/UEG e a Universidade Estadual de Goiás pela realização do evento.

Referências

AMABILE, Antônio de Noronha. “Políticas Públicas”. In: CASTRO, Carmem L. F. de; GONTIJO, Cynthia R. B; AMABILE, Antônio Noronha (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012, p. 390-391

DANTAS, Rafaela Maximiano; COSTA, Micheli Pereira. Territórios Rurais no Brasil e suas estratégias de desenvolvimento. In: **I Simpósio Mineiro de Geografia: das diversidades à articulação geográfica**, 2014, Universidade Federal de Alfenas: Alfenas – Minas Gerais. Anais: Geografia Agrária, Alfenas, 2014, p. 828-837.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. RJ, Bertrand Brasil, 2004.

MDA/BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf; Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

REALIZAÇÃO





MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. Introdução. In: MIRANDA, Carlos. TIBURCIO, Breno (Orgs.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil** - Série Desenvolvimento Rural Sustentável, Vol. 14, Brasília: IICCA, 2011, p. 13-34.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume/Editora Hucitec, 2002.

ORTEGA, Antônio Cesar. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. **Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade**: em busca de uma metodologia. Porto Alegre, 2005.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de análises, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, S. P. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/4043/2731>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em agosto de 2019.



Valoração de Impactos Ambientais

Elisa Parreira Darim¹ (PG)* elisadarim@hotmail.com, Adryelly Moreira Tavares¹ (PG), Davi Mendonça Carvalho¹ (PG), Taynara Aparecida Pires de Sá¹ (PG), Thiago Prudente de Macêdo¹ (PG), João Carlos Mohn Nogueira² (PQ)

¹ Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Ambiental da Universidade Estadual de Goiás. Br 153, Nº 3105 - Campus Henrique Santillo, Anápolis.

² Docente da Universidade Estadual de Goiás, câmpus Palmeiras de Goiás, Rua S-7, s/n. Setor Sul. Palmeiras de Goiás 76190-000.

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar e destacar a aplicação de metodologias de valoração ambiental na literatura científica atual, a fim de expandir o conhecimento e aplicação tanto na forma preventiva quanto punitiva. Em relação à produção de bens, o consumo de recursos naturais pode trazer impactos positivos ou negativos. Os negativos serão tratados como problemas ambientais ou externalidades negativas. A valoração ambiental é uma ferramenta que propõe, corrigir os danos ambientais e evitar que futuros possam surgir. Essa ferramenta se torna eficaz por contabilizar os recursos naturais em sistema econômico, que é como a sociedade atual se estrutura, de forma a tornar o entendimento didático. A aplicação de várias técnicas torna a valoração mais justa e acurada já que o meio ambiente possui inúmeras minúcias e a tentativa de contabiliza-las também torna maior a chance de que a valoração corresponda à realidade.

Palavras-chave: sustentabilidade. economia. externalidades. metodologias de valoração.

Introdução

A excessiva utilização dos recursos naturais que caracteriza as sociedades atuais tem levado a um consenso no tocante à sua escassez. A caracterização como recursos escassos, torna possível atribuir-lhes um valor e, conseqüentemente, tratá-los a partir de mecanismos de mercado. Seguindo esse pensamento, é frequente a referência aos chamados serviços ambientais e à necessidade de sua valoração e a remuneração àqueles que os preservam (NUSDEO, 2006).

A não atribuição de preço leva à ocorrência de trocas involuntárias de custos e benefícios, não captadas pelo mercado e suportadas por terceiros ou por uma atividade alheia às atividades utilizadoras de recursos ambientais. É o que ocorre com frequência, pois o mercado costuma ser incapaz de fixar e incentivar o



pagamento pelo uso ou à preservação dos recursos ambientais. Fala-se, então, em falhas de mercado, e tecnicamente, de externalidades (NUSDEO, 2006).

As externalidades podem ser definidas como custos ou benefícios que se transferem de determinadas unidades do sistema de produção para outros sistemas externos, ou para a comunidade como um todo, fora do mercado. Trata-se de um custo ou benefício, não arcado ou recuperado pela unidade que o gerou, recaindo indiretamente sobre terceiros (GONÇALVES, 2011). O exemplo clássico dessa falha de mercado é a poluição e seus impactos ambientais.

O exemplo clássico dado por Nusdeo (2006) é o de uma indústria que lança efluentes num rio, afetando a comunidade localizada à jusante, onde os resíduos são responsáveis pela redução das atividades pesqueiras e maiores custos de tratamento da água pelo município. Esses custos não são compensados pela indústria, isto é, circulam externamente ao mercado, não sendo internalizados no preço de seus produtos.

Dessa forma, fica evidente a necessidade de valoração dos impactos ambientais para que os custos ambientais sejam internalizados. De acordo com Tonietto & Silva (2011) os impactos ambientais são passíveis de mensuração utilizando a economia. E são vários os métodos de valoração de danos disponíveis, entretanto, o método mais adequado deve ser função do tipo, da magnitude e da localização do dano em questão, ou seja, a adoção do método dependerá do objetivo da valoração.

Diante do exposto, o artigo presente objetiva, discutir sobre a valoração dos impactos ambientais e apresentar os principais métodos, instrumentos e mecanismos de valoração de impactos ambientais sobre a ótica da economia.

Material e Métodos

Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica baseada em um extensivo levantamento de trabalhos científicos e manuais que tratam sobre valoração ambiental e de impactos ambientais, suas diretrizes, formas, métodos e teorias de avaliação. A partir da revisão bibliográfica foi possível levantar um considerável volume de informações, buscando compreender os parâmetros para aplicação da valoração na sociedade atual e chamar o profissional apto a aplicar tais técnicas para o estudo desse trabalho como um guia para informar sobre as técnicas

existentes e escolher qual a metodologia de valoração lhe serve melhor para posteriormente aprofundar seus estudos em manuais específicos.

Resultados e Discussão

Impactos ambientais

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 001/1986 considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, diretamente ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Sánchez (2008) define impacto ambiental como todo e qualquer desequilíbrio ambiental provocado pela atividade antrópica (direta ou indireta), seja ele nas propriedades físicas, químicas ou biológicas do local.

Nesse sentido, eles podem ser positivos, quando resultam em melhorias para o ambiente, ou negativos, quando essas alterações causam algum risco para o ser humano ou para os recursos naturais. Apesar de possuir essas duas classificações, o termo impacto ambiental é mais utilizado em referência aos aspectos negativos das atividades humanas sobre a natureza. Isso ocorre em virtude do modelo de desenvolvimento da sociedade moderna, que se baseia na exploração intensiva dos recursos naturais. Alguns impactos ambientais negativos, são a redução da biodiversidade de plantas e animais; contaminação do ar, água, fauna e flora; compactação, impermeabilização, redução da fertilidade e erosão do solo; esgotamento dos mananciais.

As externalidades e os problemas ambientais

A produção de bens utiliza recursos naturais e ambientais em seus processos que, posteriormente, geram resíduos que afetam o resto da sociedade. Esses custos, ou benefícios, não refletem diretamente no mercado, são as chamadas falhas de mercado, ou externalidades. Essas externalidades podem ser classificadas como positivas e negativas (MARTORELLI, 2015).

A externalidade é negativa quando decisões de produção e de consumo



afetam a disponibilidade dos serviços ambientais e reduzem o bem-estar ou a produção de outros, já a externalidade positiva ocorre quando as decisões de produção geram benefícios e bem-estar a terceiros (WEYDMANN, 2005).

Soares (1999), em seu trabalho cita um exemplo de externalidade positiva, que é a proximidade de um produtor de maçãs e um produtor de mel, é fácil verificar que a florada das maçãs exerce efeito positivo sobre a produção de mel, e um exemplo facilmente encontrado de externalidade negativas é a poluição, por resíduos gasosos, sólidos e líquidos. No caso dos resíduos sólidos, temos o caso dos lixões, onde são dispostas toneladas de resíduos sólidos sem qualquer estrutura ou medidas para minimizar os impactos ambientais. No caso de resíduos gasosos as fábricas que produzem odores ou fumaças que são prejudiciais para a vizinhança. Com relação aos resíduos líquidos o exemplo mais comum é o lançamento de efluentes poluentes em um rio que causa prejuízos para a população a jusante.

Dessa forma, os custos decorrentes da poluição circulam externos ao da produção dos bens e serviços, resultando numa vinculação entre agentes econômicos que não se estabelece e nem se realiza via mercado (NUSDEO, 2006).

Neste trabalho, trataremos das externalidades negativas decorrentes da poluição e os seus impactos. Não é sem motivo, pois esse problema vem ganhando dimensões globais, na medida que associa o aquecimento global ao aumento da concentração de CO₂ na atmosfera ou a destruição da camada de ozônio. Os problemas do cotidiano ligados à poluição também são extremamente sérios. A contaminação dos recursos hídricos tem comprometido a pesca e a agricultura e aumentado o custo do tratamento da água para consumo humano. A poluição do ar nos centros urbanos tem comprometido a qualidade do ar e aumentado a incidência de casos de doenças respiratórias.

Instrumentos de controle e econômicos como estratégia de regulação ambiental

A política ambiental consiste no conjunto de metas e instrumentos que procuram diminuir os impactos negativos da ação do homem sobre o meio ambiente. Fundamentada na teoria econômica, a política ambiental toma como base as



externalidades, os custos sociais e privados a fim de mensurar e instituir os mecanismos para a proteção ambiental (NASCIMENTO, NASCIMENTO e BELLEN, 2013). Portanto, as políticas ambientais utilizam em suas diretrizes mecanismos que internalizam o custo ambiental externo, fazendo uso de instrumentos de controle e instrumentos econômicos.

Os instrumentos de controle são aqueles que fixam normas, regras, procedimentos e padrões determinados para as atividades econômicas com o propósito de assegurar o cumprimento dos objetivos da política (NUSDEO, 2006). Sua utilização no Brasil envolve restrições gerenciais e quantitativas ao uso dos bens e serviços ambientais, por meio da implantação de padrões ambientais de qualidade ou emissão, definição de taxas de ocupação e de uso do solo, para o controle de recursos naturais e por meio da aplicação de multas em casos de não cumprimento.

Já os instrumentos econômicos são ferramentas que atuam diretamente nos custos de produção e de consumo dos agentes, sendo baseados em controles próprios do mercado, com alterações de preços e de custos relativos, para que dessa forma incentive os agentes econômicos a produzirem seus bens em níveis ambientais desejáveis (MARTORELLI, 2015). Os mais utilizados são: taxação (cobrança pelo uso do recurso); subsídios (auxílio aos poluidores a suportar os custos do controle da poluição); licenças (certificados transacionáveis para poluir) e depósitos reembolsáveis (sobre taxa no preço de produto potencialmente poluidor).

Dessa forma, os instrumentos de controle são mais utilizados e tem como objetivo principal induzir uma mudança de comportamento individual, enquanto, que os instrumentos econômicos são menos utilizados e tem como objetivo forçar os comportamentos desejados pela política ambiental, diante da oposição aos instrumentos de controle.

Quando adotados instrumentos de controle é necessário o monitoramento para verificar se os limites estabelecidos estão sendo cumpridos, que são de difícil execução e demanda altos gastos com fiscalização. Já os instrumentos econômicos exigem maiores investimentos dos agentes econômicos envolvidos em sistema de controle da poluição e que diminuam o uso de recursos naturais. Alguns estudos



como o de Soares (1999), indicam que os instrumentos econômicos são mais eficientes no controle da poluição se comparados com os instrumentos de controle.

Valoração econômica ambiental e sua importância

Com o crescimento das indústrias e da população humana, os impactos ambientais têm sido cada vez mais preocupantes, visto que a demanda por recursos naturais cresceu de acordo com o aumento da necessidade humana de consumo e bem-estar. Diante disto, observou-se a importância de buscar meios para o controle destes impactos e uma das formas de controlar os danos ambientais é a valoração econômica ambiental (KRAEMER, 2002).

A técnica de valoração é uma tentativa de corrigir os danos ambientais existentes e evitar que futuros possam surgir. É de extrema importância pois se faz eficaz em um mundo em que a economia é um subsistema no qual vivenciamos o hoje (FERREIRA, CURADO e ANDRADE, 2004).

Segundo Merico (1996), para garantir a sustentabilidade no uso dos recursos, duas premissas devem ser obedecidas: não retirar mais do que a capacidade de regeneração do sistema e não lançar aos ecossistemas mais do que sua capacidade de absorção. Quando alguma dessas duas premissas não é obedecida, acontece o impacto ambiental, e afim de penalizar o autor deste impacto, este deve ser avaliado monetariamente.

A valoração ambiental também apresenta sua importância quanto a avaliação ambiental para fundamentar políticas públicas, pois fomentam tecnicamente uma preocupação da sociedade e os próprios formuladores de políticas públicas quanto a opção de linha de ação. Além de informar a população com uma avaliação séria, não permitindo discursos ambientais utópicos ou radicais e sim uma averiguação justa com maior poder de persuasão e que se auto justifica (PEREIRA, 2002)

Métodos de valoração econômica ambiental

Dentre as diversas formas de valoração econômica ambiental, temos uma classificação: métodos diretos e indiretos. Em alguns trabalhos, como no trabalho de Maia (2009), os valores diretos são definidos a partir da disposição de pagar por um fator ambiental e os indiretos quando o fator ambiental está relacionado aos fatos econômicos reais em relação ao uso do recurso ambiental.

A outra classificação de direto e indireto é definida no trabalho de Kraemer (2002), dando prioridade ao fator econômico, então invertem-se os fatores, e são considerados diretos os que possuem avaliação metrificada a partir do valor econômico real ou potencial e indiretos as avaliações que vão além dos valores econômicos, levam em consideração também aqueles valores imensuráveis da importância ambiental. Existem ainda outras classificações de valoração, como por exemplo a usada no trabalho de Da Motta (1998), em função da produção e da demanda.

Silva (2015) sintetizou vários métodos de valoração ambiental (tanto de impactos quanto do próprio bem) ao avaliá-los com a finalidade de comparar laudos de crimes ambientais de forma bastante didática e sem classificação que apresentamos para uma visão global do que existe hoje em termos de metodologias de valoração.

Métodos de valoração	Princípio
Produtividade Marginal ou Mudança no Valor de Produção	É utilizado quando o próprio recurso ambiental é fator de produção (insumo, matéria-prima) e o dano provoca redução em produtividade. Ex: redução de fertilidade do solo por erosão; redução da disponibilidade hídrica.
Preços Hedônicos	Utiliza preços de mercado ou serviços, principalmente de imóveis, para mensurar variações ocorridas por causa do bem ou serviço ambiental provido ou danificado. Ex: Imóveis próximos a parques são mais valorizados quando comparados a imóveis próximos a lixões.
Valoração Contingente	Identifica a disposição de indivíduos pagarem pelo uso, manutenção, preservação ou recuperação de um bem ou serviço ambiental ou, ainda, disposição de receberem pela perda do recurso ambiental.
Custo de Reposição	Apresenta a ideia fundamental que envolve um prejuízo: a reparação do dano. O método estima por meio de preços de mercado ou preços sombra (usar bem precificado para valorizar um bem que se deseja precificar) dos gastos necessários para se recompor formas e funções ecossistêmicas de áreas e recursos danificados. Ele representa o prejuízo econômico mínimo causado pelo dano, portanto é o custo do impacto e não do próprio bem.
Custo de Relocalização	Variante do método "Custo de Reposição", é utilizado para valorar gastos necessários para relocar um recurso ambiental degradado. Ex: a necessidade de reposicionamento de uma tomada de água em um manancial pode ser precificada por esse método.
Custos Defensivos ou Evitados	Estima o valor de um recurso ambiental por meio dos gastos que são ou serão evitados pela existência dele. Ex: gastos evitados com atendimento hospitalar devido à boa qualidade da água servida a uma população.
Custos de Controle Evitados	Estima os gastos que foram evitados no controle de atividades ofensivas ao meio ambiente. Ex: a economia advinda com o controle de poluição hídrica.
Disposição a Pagar	Capta as preferências de indivíduos com base na disposição a pagar por certos bens ou serviços ou pela preservação deles.

Taxa de Juros	Propõe a aplicação de uma taxa social de juros ao valor do Custo de Reparação do dano, como forma de valorar os danos indiretos causados pela ação de degradação.
Método IBAMA	O valor de um dano ambiental é inicialmente calculado pela soma das perdas de área natural, serviços ambientais, qualidade e quantidade de recurso hídrico, visitação e produção de bens. A essa soma aplica-se uma taxa, dividindo-se a soma das perdas por 0,12 para se calcular o custo indireto do dano. Essa taxa corresponderia aos juros constitucionais de 12% ao ano. Na prática, eleva-se em 8,3 vezes o valor da soma das perdas inicialmente calculado.
Valor de Existência	Trata-se do valor que se dispõe a pagar pela preservação de um bem natural, como uma floresta ou uma espécie, mesmo que não se tire proveito econômico desse bem.
Modelagem Ambiental	Calcula-se o valor do Custo de Reposição e dobra-se esse valor como forma de precificar danos indiretos.
Transferência de Valores	Utiliza o valor obtido em caso semelhante ao caso que se deseja valorar. O valor recreativo de uma área pode ser transferido para outra área com atributos semelhantes.
Método Cardoso	Multiplica-se a soma dos bens afetados pelo dano que apresentam preço de mercado pela soma dos bens afetados pelo dano que não apresentam preço de mercado. A precificação dos bens sem preço de mercado tornar-se penosa e por vezes subjetiva.
Método Cetesb	Desenvolvido para valorar danos a ambientes aquáticos, considera o volume, toxidade e persistência de um produto vazado para um corpo hídrico, a vulnerabilidade do sistema aquático, a mortalidade de organismos e a frequência (k) de vazamentos provocados pelo agente poluidor. A esses critérios são atribuídos valores, cuja soma (x) serve para valorar o dano, segundo o modelo $\text{Valor} = k[10 (4,5 + X)]$.
Custos Ambientais Totais Esperados	Usado para valorar danos ambientais irreversíveis. Refere-se a renda perpétua que a sociedade estaria disposta a receber como indenização por determinado dano ambiental intermitente e/ou contínuo. Ex: a cessão de propriedades rurais que serão inundadas por lagos de barragens é um exemplo de aplicação deste método.
Equivalência de Habitat	O procedimento determina o valor dos serviços ecossistêmicos perdidos por meio do valor imobiliário de áreas com ecossistema ou serviços ambientais semelhantes. A esse valor são adicionados o custo de recuperação da área danificada e os custos administrativos de avaliação e valoração do dano. À medida que o ambiente se recupera, descontos proporcionais à magnitude da recuperação são fornecidos ao infrator.

Tabela 01. Métodos de valoração ambiental e danos ambientais segundo Silva (2015) com alterações

Considerações Finais

A valoração econômica ambiental está relacionada com o desenvolvimento sustentável, em que cada ser humano deve se conscientizar e prontificar para tomar atitudes sustentáveis que não promovam o esgotando dos bens naturais futuramente.

Para que os recursos ambientais sejam seriamente respeitados, a valoração é um meio de viabilizar esse juízo, e como cada situação ou recurso é singular,



apenas um método de valoração dificilmente abrangeria toda situação que envolve incontáveis variáveis, portanto, quanto maior o número de métodos aplicados à situação, maior a chance de que a valoração corresponda à realidade, desde que os fatores não sejam sobrepostos ou contabilizados mais de uma vez.

Referências

ARAUJO, H. R.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. F.; AZEVEDO, A. A. Valoração de serviços ambientais: subsídio para a sustentabilidade do atrativo natural Gruta do Salitre, Diamantina, Minas Gerais. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, v. 8, n. 1, 2015.

DA MOTTA, R. S. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

FERREIRA, K. ; CURADO, P. H. C. F.; ANDRADE, D. A. Economia Ambiental - A importância de se valorar os impactos ambientais. **Revista Acadêmica Alfa**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2004.

GONÇALVES, O. L. **A Reciclagem como Meio de Correção das Externalidades: Ambientais e Sociais**. VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. [S.l.]: [s.n.]. 2011. p. 1-10.

HILDEBRAND, Elisabeth; GRAÇA, Luiz Roberto; HOEFLICH, Vitor Afonso. " Valoração contingente" na avaliação econômica de áreas verdes urbanas. **Floresta**, v. 32, n. 1, 2002. MAIA, A. G. **Valoração de Recursos Ambientais**. Instituto de Economia/ Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 183. 2002.

MAIA, A. G.; ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P. Valoração de recursos ambientais - metodologias e recomendações. **Texto para Discussão, Instituto de Economia/UNICAMP**, n. 116, 2004.

MAY, P. H. & MOTA, R. S. 1994. Meio ambiente, economia e economistas: uma breve discussão. In: Valorando a Natureza - Análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, p. 45-60.

KRAEMER, T.H., **Modelo Econômico de Controle e Avaliação de Impactos Ambientais - MECAIA**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

MARTORELLI, E. B. **POLÍTICA AMBIENTAL: dos limites do comando e controle à potencialidade dos instrumentos econômicos**. Universidade de Brasília. Brasília, p. 37. 2015.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. Introdução à economia ecológica. Blumenau, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA Nº 001, Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio



Ambiente. **Ministério do Meio Ambiente**, Brasília, 23 janeiro 1986. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 05 setembro 2018.

NASCIMENTO, V. M.; NASCIMENTO, M.; BELLEN, H. M. V. INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS PARA A SUSTENTABILIDADE. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, p. 77-87, mai-ago 2013.

NUSDEO, A. M. D. O. O USO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS NAS NORMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 101, p. 357-378, jan/dez 2006.

PEREIRA, Romilson Rodrigues. A análise custo-efetividade como instrumento de avaliação de políticas de gestão ambiental. Tribunal de Contas da União 183 (TCU), 2002. Disponível em: Acesso em: setembro. 2018.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SILVA, T. B. B. da; CORRÊA, R. S. Comparação entre métodos de valoração de danos ambientais para fins periciais. **Revista Brasileira de Criminalística**, [S.l.], v. 4, n. 3, p. 7-14, nov. 2015. ISSN 2237-9223. Disponível em: <<http://peritosoficiais.com.br/ojs/index.php/rbc/article/view/101>>. Acesso em: 14 set. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.15260/rbc.v4i3.101>.

SOARES, E. S. **EXTERNALIDADES NEGATIVAS E SEUS IMPACTOS NO MERCADO**. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. SÃO PAULO, p. 90. 1999.

TONIETTO, A.; SILVA, J. J. M. C. Valoração de danos nos casos de mineração de ferro no Brasil. **Revista Brasileira de Criminalística**, v. 1, n. 1, p. 31-38, 2011.

WEYDMANN, C. L. Externalidades e mudanças da regulamentação ambiental para a suinocultura norte-americana é possível no caso brasileiro? **RER**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 287-305, junho 2005.



VALORAÇÃO ECONÔMICA AMBIENTAL DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DOURADA-GO

Jéssica M. Lino¹

Resumo: O projeto objetiva pesquisar sobre valoração econômica ambiental do Parque Estadual da Serra Dourada abrangendo os municípios de Goiás, Mossâmedes e Buriti, com foco em demonstrar a importância da valoração ambiental para manutenção de um ecossistema sustentável. O estudo será realizado a partir da aplicação do Método de Valoração Contingente, através da aplicação de questionários as pessoas que conhecem a APA, demonstrando através de estatística e cartografia a evolução ambiental no parque buscando analisar por meio de métodos econométricos a importância econômica da preservação da Serra Dourada para os municípios que ocupa. Objetivando identificar que o desenvolvimento econômico de uma região está ligado com as questões ambientais. O resultado que deseja obter é apresentar um valor econômico para Serra Dourada com intuito de trazer maior valorização na conservação ambiental e investimentos no parque da Serra Dourada em Goiás. Além de servir como base para punições em sentença ambientais relacionadas ao parque.

Palavras-chave: valoração ambiental. Serra Dourada. Direito Ambiental. Cerrado

Introdução

A valoração econômica ambiental é uma ferramenta utilizada mundialmente para mensurar monetariamente o patrimônio ambiental. Aliando economia com meio-ambiente é possível trazer um equilíbrio ecológico mais sustentável, pelo fato da humanidade só conseguir valorizar o que está relacionado a importância econômica. Muito além de traduzir biodiversidade ambiental apenas em cifras, a valoração é um instrumento de educação ambiental e de justiça indenizatória de impactos ambientais (ARAÚJO, 2011).

O fato de ser possível através de métodos de valoração dar um valor monetário real para um patrimônio ambiental gera na população uma conscientização maior de valorização e de cuidado com o bem ecológico. Não apenas por aquele bem ter um impacto econômico no ambiente inserido, mas, por trazer para linguagem político social de o quão insubstituível é aquele ecossistema. Isso ocorre, porque com a valoração, dependendo do método utilizado, é feito pesquisas questionando a própria população o valor que ela daria àquele patrimônio

¹ Pós-Graduada Strictu Sensu TECCER, Universidade Estadual de Goiás. E-mail: medeiroslinoj@gmail.com...
Endereço: Av. Juscelino Kubitschek, 146 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-390





ambiental, induzindo a sociedade a refletir sobre o meio-ambiente e sua relevância no ecossistema inserido (ARAÚJO, 2011).

A legislação ambiental busca a preservação e a conservação ambiental no intuito de amenizar os impactos, que a busca de retornos imediatos de capital financeiro, devaste de forma agressiva biomas ambientais brasileiros. Por isso, há a normatização de crimes ambientais com intuito de levar o indivíduo a análise da perda e do ganho que terá caso cometa alguma agressão ambiental. Os normas possuem esse tratamento econômico pelo fato do ser humano racionalizar se o êxito financeiro que irá obter compensará a punição a ser recebida, caso seja pego (ARAÚJO, 2011).

A pesquisa proposta abordará os aspectos da valoração econômica ambiental com o direito ambiental, delineará o Parque Estadual Serra Dourada, demonstrando sua importância como patrimônio ambiental para o estado de Goiás e trará valores econômicos dados para Serra Dourada, por meio de aplicação de questionário direcionado pelo o método de valoração contingente com o foco na disposição a pagar pela população (ARAÚJO, 2011).

Material e Métodos

Essa é uma pesquisa bibliográfica e de campo, com caráter qualitativa para dados bibliográficos e quantitativa para a pesquisa de campo. Os resultados serão apresentados de maneira descritiva. A pesquisa bibliográfica no campo econômico tem a possibilidade de cobrir uma gama de fatos, uma vez que possibilita um encontro com a realidade do sujeito.

A seleção dos artigos para pesquisa bibliográfica se dará através da mídia eletrônica, no portal Capes, SciELO, Google Acadêmico. As palavras de busca serão unidades de conservação, parque da Serra Dourada e APA da Serra Dourada. Para

o tratamento dos dados da parte da pesquisa quantitativa será usada à estatística descritiva.

Os dados secundários serão pesquisados no Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Mauro Borges – IMB, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Serão pesquisados dados socioeconômicos do município pesquisado: Goiás Velho.

Para a análise dos dados primários obtidos na pesquisa de campo será utilizado o método de valoração contingente (MVC). Será considerada a metodologia da Disposição A Pagar (DAP), esse método busca estimar valores para aqueles bens e serviços que não possuem um valor no mercado real, criando assim um mercado hipotético.

Será realizada a construção de questionários e o mecanismo utilizado para captar a DAP será o “*Multiple*” conforme determinação do *National Oceanic Atmospheric Administration Panel* (NOAA), Haab & McConnell (2002). O mecanismo ocorrerá com elaboração de questões múltiplas segundo Martinez & Dimas (2007) são quando se apresenta ao entrevistado um quadro em que aparecem vários valores ordenados do maior para o menor e pede que ele selecione uma opção. Será utilizado também o *open-ended*, que é uma questão aberta que pergunta o valor diretamente com o valor espontâneo que o entrevistado estaria disposto para a manutenção e preservação da Serra Dourada.

O referencial econométrico é uma adaptação do modelo usado por Silva e Lima (2004) dado por: $Y = X\beta + e$, em que, Y corresponde a um vetor contendo as disposições a pagar ; X representa um vetor de variáveis exógenas (renda familiar, sexo, anos de estudos e os vieses associados); β representa um vetor de parâmetros desconhecidos a serem estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários; e e o erro aleatório com as pressuposições usuais.

- Preceitos éticos da pesquisa

O trabalho, por se tratar de pesquisas que envolvem seres humanos por meio de questionários, será submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa para ficar em conformidade com os preceitos éticos.

- Local ou Cenário de Estudo

A pesquisa será realizada na Área de Proteção Ambiental do Parque Estadual Serra Dourada, bem como no município em que a APA está inserido em Goiás.

- Sujeito da pesquisa

A pesquisa tem como sujeitos (as) os (as) indivíduos pertencentes ao município de Goiás também o público que visita e conhece a Área de Proteção Ambiental da Serra Dourada.

- População e amostra

A amostra foi estabelecida conforme a população do município onde encontra-se a APA. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) Goiás tem uma população 24.727. Dessa maneira, para executar a pesquisa de campo com base em Barbetta (2012), a amostra é calculada conforme a seguinte fórmula, sendo:

N = Tamanho (número de elementos da) da População;

n = Tamanho (número de elementos da) da Amostra

n_0 = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra e

E_0 = Erro Amostral Tolerável.

Um primeiro cálculo do Tamanho da Amostra pode ser feito, mesmo sem o conhecer o Tamanho da População, através da seguinte expressão:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Conhecendo o Tamanho N da População, podemos corrigir o cálculo anterior, por:

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Com a população $N = 24.727$, erro amostral de 10% temos inicialmente um n_0



equivalente a 100 indivíduos. Com a correção temos uma amostra com o mesmo valor, de 100 indivíduos com nível de erro amostral de 10%.

A abordagem será realizada de forma aleatória nos municípios e na APA, onde os indivíduos que forem abordados nos municípios o questionário será aplicado aos que conhecem a APA da Serra Dourada.

- Critérios de inclusão

Os respondentes do questionário serão homens e mulheres acima de 18 anos que residem no município selecionado e conhecem a APA ou os visitantes da APA da Serra Dourada.

- Critérios de exclusão

Os excluídos são indivíduos menores de 18 anos e que não conhecem a APA da Serra Dourada.

- Instrumentos da coleta de dados

O estudo contará com a aplicação de questionários em entorno de 247 indivíduos. O questionário será composto por questões fechadas com variáveis socioeconômicas e variáveis sobre valoração contingente relacionado à APA.

Resultados e Discussão

Diante do tema proposto, são levantadas algumas questões às quais pretende-se que sejam respondidas ao longo da pesquisa, quais sejam:

- O que é Valoração Econômica Ambiental?
- Qual a importância de correlacionar a Valoração Econômica Ambiental com o Direito Ambiental?
- Quais são as características que torna importante a Serra Dourada?
- Qual é o valor econômico da Serra Dourada?



Após análise da importância do estudo de valoração econômica ambiental para o direito ambiental e a descrição do objeto de estudo demonstrando sua importância, a proposta é realizar a valoração econômica ambiental da APA da Serra Dourada. A valoração consiste em atribuir valor de mercado a um bem que aparentemente não tem como mensurar. (MACHADO, 2002).

A valoração ambiental possui duas formas: A por demanda composta por: Valoração Contingente (MVC), os Custos de Viagem (MCV) e os Preços Hedônicos (MPH). Esses compõem as Abordagens com Curva de Demanda (de acordo com Bateman e Turner, 1992) ou os Métodos Função Demanda (segundo Mota, 1997). E a por oferta: Método Dose-Resposta (MDR), Método Custo de Reposição (MCR), Método de Custos Evitados (MCE) e Métodos de função Oferta Método Custo de Oportunidade (MCO).

Na pesquisa proposta será utilizado o método de valoração contingente que está inserido nas preferências do consumidor, no lado da demanda. A ideia básica do MVC é que as pessoas têm diferentes graus de preferência ou gostos por diferentes bens ou serviços.

Isto se manifesta quando elas vão ao mercado e pagam quantias específicas por eles. Dito de outra maneira, ao adquiri-los, elas expressam sua disposição a pagar (DAP) por esses bens ou serviços.

A DAP será analisada por meio de questionários em que se cria um mercado hipotético. O intuito é conseguir captar o valor mais próximo possível da realidade dos entrevistados, para que isso ocorra ao serem inquiridos são esclarecidas as situações e o valor mensurado deve ser um dentro do orçamento da família. Com isso minimizam-se os vieses com intuito de trazer maior confiabilidade ao valor que se chegou para o bem.

Atribuir um valor torna possível à solicitação de atenção das autoridades para

importância da APA, formação de políticas públicas para sua conservação, aplicações de multas e punições se ocorrerem danos ao local, como por exemplo, queimadas criminosas, desmatamentos, construções ilegais, dentre outros. Dessa maneira a valoração não só da APA, mas de todos os bens ambientais é de suma relevância para que eles se mantenham preservados para as populações atuais e futuras. (MACHADO, 2002).

A ideia de correlacionar com o direito ambiental é com o objetivo de demonstrar que por meio de identificação de mensuração econômica ambiental é possível trazer multas punitivas mais assertivas, além de trazer um aspecto preventivo seja por medo da coerção seja por desenvolver uma educação ambiental (MACHADO, 2002, p. 646).

- Área de Proteção Ambiental da Serra Dourada

Em Goiás, o Parque Estadual da Serra Dourada foi criado em 2003 com o decreto nº 5.768, DE 05 DE JUNHO DE 2003. O Parque Serra Dourada possui um total de 30.000 hectares e a APA possui 16.851 ha está localizada nos municípios Goiás, Buruti de Goiás e Mossâmedes.

Criada pelo Decreto Estadual 5.768/2003, a APA da Serra Dourada contém os objetivos: “preservar as nascentes, os mananciais, a flora, a fauna, as belezas cênicas, bem como a controlar a ocupação do solo da região, podendo conciliar a proteção da fauna, da flora e das belezas naturais com a utilização para fins científicos, econômicos, técnicos e sociais”

O relevo é “formado por rochas do pré-cambriano, denominada de Série Araxá, composta principalmente por micaxistos que em alguns locais podem passar a gnais ou a quartzitos e filitos que podem, às vezes, sendo calcífero, passar localmente a calcários. No município de Goiás a sequência estratigráfica é invertida: micaxistos, quartzitos, filitos e calcários (RIZZO, 1970)”

Considerações Finais

A pesquisa terá como objetivo analisar a importância da valoração econômica ambiental do Parque Estadual Serra Dourada tendo em vista a conservação e aplicação de punições ambientais mais assertivas. Tendo como objetivos específicos:

- Demonstrar a relação entre valoração econômica ambiental e o direito ambiental;
- Delinear aspectos do patrimônio ambiental Serra Dourada;
- Descrever e analisar os métodos de valoração econômica ambiental do Parque Estadual Serra Dourada e calcular o valor do Parque Estadual Serra Dourada;

Com esses objetivos perceptível é a importância do estudo da temática, pois poderá trazer uma punição econômica ambiental que realmente reflita o real valor monetário de um bem aparentemente não possuidor de um valor tangível de mercado.

No Brasil, existe um valor de indenizatória ambiental máximo de R\$50 milhões, tornando-se antagônico com o princípio da reparação integral do dano, disposto no Código Civil, o qual prevê que o dano deve ser reparado na mesma medida da extensão do dano causado. E essa divergência legislativa ocorre exatamente por inexistir na cultura brasileira a ideia de ser imensurável o dano ambiental causado (LEITE, 2005).

A valoração econômica ambiental é uma das ferramentas mais utilizadas mundialmente para traçar exatamente o valor do patrimônio ambiental afetado para impor as multas indenizatórias, gerando não apenas uma recuperação do impacto ambiental causado, mas também uma consciência ecológica na sociedade, que



repensará se vale a pena cometer crime ambiental.

Por isso, a necessidade de estudos sobre valoração de áreas de proteção ambiental para trazer os métodos de valoração como um olhar preventivo e como ferramenta de educação ambiental.

O Parque Estadual da Serra Dourada foi criado em 2003, é uma área de proteção ambiental e está localizado nos municípios de Goiás, Mossamêdee Buriti de Goiás. É considerado o segundo maior parque do estado (IBGE,2019) A biodiversidade de fauna e flora existente nessa região é enorme, possuindo a maior concentração aurífera do estado de Goiás.

Tornando-se relevante o estudo da valoração econômica ambiental desse Parque, para que com um olhar econômico possa tanto criar um sentimento da necessidade da conservação ambiental quanto de, através do valor encontrado, poder cobrar das autoridades competentes investimentos compatíveis com importância não apenas ambiental, mas também econômica.

Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo analisar a importância da Área de Proteção Ambiental do Parque Estadual Serra Dourada para o Estado de Goiás através do emprego do Método de Valoração Contingente, tendo como base as preferências individuais dos visitantes e das comunidades residentes.

Além do mais, a valoração da área é importante para que sejam elaboradas políticas públicas para a preservação, destacar a necessidade de fiscalização da APA e análise do uso do seu solo com intuito de verificar se seu uso está de acordo com o de uma área de proteção ambiental.



Referências

ARAUJO, Romana Coêlho de. **Valoração econômica do dano ambiental em inquérito civil público** / Romana Coêlho de Araujo. – Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2011.

BARBETTA, PA. **Estatísticas aplicadas às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000. **Criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. Lei nº 9.985/2000.

FREITAS, A.V. A evolução do modelo brasileiro de áreas protegidas: caminho para uma articulação sistêmica? **Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade**. v.6 n. 2 , 2015.

GOIÁS. **DECRETO Nº 5.768, DE 05 DE JUNHO DE 2003**. Dispõe sobre a criação do Parque Serra Dourada e dá outras providências. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2003/decreto_5768.htm Acessado em junho/2019.

HAAB, TC; MCCONNELL, KE. **Valuing environmental and natural resources: the econometrics of non-market valuation**. 1. ed. Northampton: Edward Elgar, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE, 2017**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: junho/2019.

MARTINEZ, Miguel; DIMAS, Leopoldo. **Valoración económica de los servicios hidrológicos**: Subcuenca del rio Teculután. Guatemala. WWF Centroamérica. 2007.

MOREIRA, Giselle Lopes. Dissertação Mestrado. **A tribo Vernoniae Cass. (Asteraceae) na Serra Dourada, Goiás**, Brasil. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Ciências Biológicas 2013